

DOSSIÊ: ELITES

ELITES: RECURSOS E LEGITIMAÇÃO

Mario Grynszpan
Igor Gastal Grill

Este número da Revista Pós Ciências Sociais apresenta um dossiê sobre a constituição de diversos segmentos de elites, especialmente no que diz respeito às suas composições sociais, recursos e instrumentos de legitimação. Os estudos de elites têm um percurso bastante longo. Eles remontam a meados do século XIX e são coetâneos do próprio processo de afirmação e institucionalização das Ciências Sociais. Os autores tidos como seus pais fundadores, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, apresentavam-se como instituidores da Ciência Política e da Sociologia. Ambos acreditavam haver descoberto uma lei universal básica dos grupos humanos: eles são sempre dirigidos por minorias, não importando tempo, lugar, forma, dimensão ou ideologia. Robert Michels, mais novo e influenciado pelas idéias de Mosca e Pareto, denominou esse princípio de lei de ferro da oligarquia.

Na sua origem, essas formulações tinham um caráter antidemocrático, dando fundamento científico à desqualificação política das massas, tipo de argumento classificado por Albert O. Hirschman como “tese da futilidade”, uma das vertentes da retórica da intransigência. Benito Mussolini delas se apropriou para justificação do fascismo. Isso não significa, é claro, que aqueles autores fossem antecipadores ou profetas do fascismo. Pareto, elevado à condição de ícone por Mussolini, manifestou reservas em relação a este em cartas próximas ao seu falecimento, ocorrido no início da década de 1920, quando os fascistas apenas chegavam ao poder. Mosca apoiou a ascensão de Mussolini, como fizeram os liberais italianos de maneira geral, assombrados pelo fantasma da Revolução de 1917, mas tornou-se seu opositor a partir de 1924, com o assassinato pelos fascistas

do deputado socialista Giacomo Matteotti. Já Michels, embora fosse alemão, aproximou-se de fato de Mussolini e do fascismo, mas, em 1911, quando publicou “Sociologia dos partidos políticos”, o fez como uma crítica ao Partido Social-Democrata da Alemanha, no qual havia militado.

Pelo menos dois elementos são importantes para se entender a longevidade dos estudos de elites. O primeiro foi uma ruptura com sua marca de origem antidemocrática, o que os poupou de sucumbir ante a legitimação e a disseminação da democracia. Essa ruptura se deu, em grande parte, pela sua apropriação pelas Ciências Sociais nos Estados Unidos, onde os textos dos autores elitistas foram sendo neutralizados, isto é, despidos de seu caráter de tomada de posição política, lidos não como opositores da democracia em geral, mas como críticos realistas da democracia participativa. O segundo, que guarda relação com o anterior, foi a progressiva autonomização do objeto elites em relação à teoria que o fundou, impondo-se como relevante na pauta de objetos científicos legítimos. Com a autonomização, o objeto elites passou a ser abordado a partir de perspectivas teóricas e quadros conceituais diversos. Mais, os trabalhos sobre as elites foram se tornando recorrentes mesmo em disciplinas que antes lhes eram avessas, como a Antropologia, enriquecendo-se pela incorporação de temas caros a esta, como família, parentesco, rituais, entre outros.

No Brasil, os estudos de elites foram durante muito tempo praticamente exclusivos à Ciência Política. Ainda hoje, é, sobretudo nos cursos de teoria política, que os alunos de graduação em Ciências Sociais tomam contato com o tema e com as idéias de Mosca, Pareto e Michels. Em parte, isso se deve à forte influência que aqui teve a Ciência Política americana. Foi nela que se formou uma par-

cela substantiva dos cientistas políticos brasileiros e também por seu intermédio que se deu a apropriação do tema das elites, isto é, pelas suas leituras ou interpretações. Iguamente por isso, a Ciência Política no Brasil, à diferença do que ocorreu na Sociologia, foi menos permeável à orientação do marxismo e à deslegitimação do estudo de elites, como se este expressasse uma adesão a uma postura social e intelectual ela mesma elitista. Mais claramente a partir dos anos 1980 esse quadro foi mudando, tornando-se mais frequente o investimento de sociólogos e mesmo de antropólogos nos estudos de elites. Não há como desconhecer a importância que tiveram nessa mudança as idéias de Pierre Bourdieu. Elas são atualmente, sem dúvida, a principal referência nos estudos de elites nas Ciências Sociais em seu conjunto.

Logo, é sintomático que uma gama de autores que se dedicou a reconstituir o debate em torno do estudo das chamadas elites – as definições de ciência que comportavam, as lutas ideológicas que espriavam e as alternativas teóricas e metodológicas que ofereciam – identifique os anos 1970 como marco do esgotamento ou refluxo de uma agenda. Não sem deixar de concordar que o referencial de Bourdieu significou, nesse mesmo período, um novo impulso e renovação na análise de distintas configurações do campo do poder; dos critérios de hierarquização dos diversos espaços sociais que o compõem e entre eles; da diferenciação/autonomização das esferas; da fixação de especialistas e das suas relações com os profanos; dos mecanismos de legitimação em pauta; entre outras vias de análise possíveis.

Do mesmo modo, não é de se estranhar a constituição de redes de pesquisadores no Brasil que se aproximaram, mediante o uso e o diálogo conduzidos a partir do esquema analítico formulado por Bourdieu, bem co-

mo uma miríade de temáticas de investigação que suscitou em mais de trinta anos. O que se traduziu, por sua vez, em Grupos de Trabalho (como o que se reuniu nas últimas edições dos encontros da ANPOCS, intitulado inicialmente “Elites e Instituições Políticas” e, posteriormente, “Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder), dossiês (em especial “Sociologia do Poder e das Elites” da Revista TOMO de 2008 e “Elites Políticas” da Revista de Sociologia e Política, também de 2008) e o lançamento de coletâneas (“Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes”, organizada por Odaci Luiz Coradini e publicada em 2008; “Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras”, organizadas por Ana Maria Almeida, Letícia Canêdo, Afrânio Garcia e Agueda Bitencourt e publicada em 2004; “Por outra história das elites”, organizada por Flávio Heinz e publicada em 2006, entre outras).

O espaço dos estudos de elites, assim, experimentou uma enorme diversificação no plano internacional e nacional. As análises, que anteriormente privilegiavam as elites políticas ou, em menor escala, as econômicas, passaram também a focar outros grupos, como culturais, científicos, religiosos e profissionais. Mas a diversificação que se operou não resultou apenas em uma ampliação no conjunto de grupos estudados. Ela se deu igualmente nos enfoques de que esses grupos passaram a ser objeto. Ao lado dos de caráter mais objetivista, centrados, por exemplo, nos mecanismos de recrutamento e seleção, nas transformações morfológicas dos espaços sociais e nas reconversões sociais, observam-se outros de viés interpretativo, voltados para as linguagens específicas de grupos, estratégias e disputas discursivas, ações performativas, rituais, valores e visões de mundo, passando por aqueles centrados nas lógicas de engajamento social e de justificação, nas redes e re-

lações pessoais, locais ou internacionais, nas estratégias de reprodução e de consagração social e estilos de vida.

Não se trata aqui, é claro, de esgotar o leque de possibilidades que se abrem para os estudos de elites hoje, mas de destacar a sua ampliação e diversificação crescentes. Na verdade, o que cabe também enfatizar, indo além, é que a ampliação e a diversificação observadas não se caracterizaram simplesmente por um acréscimo de temáticas, atores e enfoques, mas por uma diluição mesmo das fronteiras canônicas entre estes. Desse modo, mais do que a presença de diferentes disciplinas se acotovelando no espaço dos estudos de elites, cada uma demarcando e defendendo seu território com seu arsenal de conceitos, teorias, metodologias, o que se verifica é uma constante redefinição desses territórios e seus limites, a formação de zonas de interseção, demandando um trânsito entre eles, cada vez mais franco, de atores, problemáticas e instrumentos de análise. O que fica mais evidente é que o poder heurístico dos estudos de elites, como de resto também ocorre em outros domínios temáticos das Ciências Sociais, será tanto maior quanto mais se basearem em um diálogo efetivo entre as diferentes tradições disciplinares.

Foi justamente esse quadro que, dentro dos limites impostos por uma publicação periódica, se buscou contemplar na montagem do presente dossiê. Ele reúne cinco trabalhos sobre segmentos distintos de elites. Todavia, o que de fato confere singularidade aos textos reunidos é não propriamente a diferença entre os grupos estudados, mas os modos como o fazem, os temas e questões que privilegiam. Ao mesmo tempo em que se distinguem, entretanto, as análises se assemelham pela busca, cada uma ao seu modo, de um tratamento interdisciplinar para os seus objetos. É também interessante destacar como,

apesar das diferentes formações e dos percursos acadêmicos de cada autor, de suas distintas filiações disciplinares, é evidente em todos os trabalhos a forte referência a Bourdieu, o peso estruturador que têm nas análises conceitos como campo, capital e habitus. Se isso é um indicador da posição dominante ocupada pelas idéias do autor nas Ciências Sociais de maneira geral, e nos estudos de elites de forma específica, também é revelador da sua pregnância, da sua capacidade de abrir múltiplas possibilidades de análise.

O primeiro texto, de Ernesto Seidl e Wheriston Neris, faz um estudo comparado dos percursos dos membros do episcopado católico brasileiro nos últimos cinquenta anos. Os autores demonstram como, ao longo desse período, alteraram-se os recursos sociais necessários ao reconhecimento e à legitimação nas altas camadas da hierarquia católica, ganhando importância crescente a diversificação dos capitais culturais e, em particular, a passagem por escolas de prestígio no exterior. Essa passagem é importante tanto pelo peso da filiação e do diploma em si, quanto pelas redes de relações nas quais os indivíduos passam a se inscrever e que constituem um capital social significativo.

Diplomas e redes são também recursos fundamentais para os destinos profissionais e institucionais dos pós-graduandos em Sociologia, como mostra o texto de Odaci Luiz Coradini, o segundo que compõe o dossiê. Trabalhando com dados disponibilizados pela CAPES, seu banco de teses, seu *ranking* de programas de pós-graduação, o autor explora as correlações entre os destinos profissionais dos alunos, ou mais especificamente as instituições onde se tornam professores, e aquelas onde atuam seus orientadores e os membros de suas bancas de tese. Para além do diploma, então, são fundamentais na inserção profissional dos jovens doutores as redes que os

vinculam aos seus orientadores e, igualmente, aos membros de suas bancas. Nessa perspectiva, a inserção do jovem sociólogo pode ser, em parte, uma componente dos circuitos de dons e contradons que se observam no interior das redes. Mas se o prestígio do orientador é importante na carreira e, sobretudo, na iniciação profissional do jovem sociólogo, a recíproca também é verdadeira. O sucesso da linhagem contribui para o sucesso do orientador. Na verdade, a gestão da linhagem é parte importante da gestão do prestígio social em grupos sociais os mais diferentes, como fica claro no terceiro texto do dossiê, de autoria de Letícia Bicalho Canêdo.

Canêdo reúne dados produzidos a partir de diferentes tipos de fontes para acompanhar percursos de famílias de elite mineiras na longa duração, traçando um rico painel em que se entrecruzam temas como gênero, família, casamento, política, patrimônio, entre outros. A autora mostra como aquelas famílias puderam acumular e reconverter recursos diversos que lhes garantiram, no decorrer do tempo, a manutenção de posições dominantes em um espaço político em transformação. Um investimento significativo por elas realizado com esse fim foi o do controle de suas genealogias em, pelo menos, um duplo sentido. Em primeiro lugar, controle efetivo das alianças matrimoniais, das filiações, linhagens e redes. Em segundo lugar, controle das narrativas memoriais das genealogias, destacando alguns de seus elementos e relegando outros ao esquecimento.

É também de gestão da memória como recurso político que trata o quarto texto do dossiê, de Luciana Heymann. Mais especificamente, o que Heymann lida é com a gestão da memória objetivada em lugares, instituições e acervos documentais, tomando dois casos específicos: o de Darcy Ribeiro

com a fundação que leva o seu nome e Fernando Henrique Cardoso e seu instituto. A autora mostra como a preservação do passado traduz, ao mesmo tempo, uma preocupação daqueles que a promovem com suas posições no presente e as possibilidades que projetam de futuro. As instituições de memória podem ser, portanto, expressão de fortes investimentos políticos, resultado de inumeráveis atos e operações que estão longe de se circunscrever unicamente à preservação, envolvendo um intenso trabalho de seleção do que deve ou não ser preservado, do que deve ou não ser lembrado, do que cabe ou não ser patrimonializado, revestido de valor histórico. O passado, assim, emerge como construção, como recurso simbólico de poder disputado por aqueles que criam ou dão nome àquelas instituições, mas também por numerosos outros atores com eles envolvidos, como seus herdeiros biológicos, políticos, intelectuais, entre outros.

A imposição de narrativas sobre o mundo passado, presente ou futuro como recurso simbólico de dominação, presente em Heymann, é também uma preocupação do artigo de Roberto Grün, que fecha o dossiê. Partindo das reações de setores das elites brasileiras à crise internacional de 2009, suas disputas, divergências e convergências, Grün se volta para o que chama de um campo financeiro no país e sua dominação não apenas na economia, mas também na política, sua imbricação com o campo do poder. Essa dominação, como procura mostrar o autor, é cultural em larga medida, compreendendo a capacidade que têm os agentes associados àquele campo de impor esquemas e categorias de compreensão, leituras e diagnósticos autorizados do mundo, profecias sobre o seu futuro, o que significa também influenciar políticas e tomadas de decisão de indivíduos e instituições. Com a crise, porém, essa capacida-

de se viu afetada, comprometendo a adesão incondicional aos discursos por eles proferidos e abrindo brechas para a emergência de discursos concorrentes. Desse contexto, Grün busca extrair conclusões mais gerais sobre as dinâmicas das relações entre as elites e destas com a sociedade de maneira mais ampla.

É sempre arriscado, em uma apresentação, destacar o que seriam pontos centrais dos artigos reunidos em um dossiê. É arriscado pelas injustiças que podemos, inadvertidamente, cometer contra algum trabalho. E esse risco é sem dúvida bastante grande nos casos em que os textos, como os deste dossiê, são mais densos e ricos. Outro risco é o de impor aos leitores um quadro de compreensão dos artigos que, de fato, é o dos organizadores. Não foi essa a nossa intenção e, se fomos injustos, desde já nos desculpamos. O que pretendemos foi tornar explícita aos leitores a lógica que presidiu o ordenamento que demos aos textos. Ele não traduz, é importante que fique claro, qualquer hierarquia nem tampouco seqüência necessária. As pontes destacadas e a seqüência definida são opções fundadas na compreensão que tivemos dos trabalhos. O leitor, portanto, poderá seguir outros percursos, construir outras ligações. Isso certamente ocorrerá estimulado pela qualidade dos artigos. E é isso, de fato, o mais importante: que o dossiê possa alimentar a reflexão e dar uma dimensão da diversidade, da riqueza, das múltiplas possibilidades de temas, questões, abordagens, métodos hoje presentes no espaço dos estudos de elites.

Nota Sobre os autores

Mario Grynspan é formado em História pela UFF, mestre e doutor em Antropologia Social pelo PPGAS-UFRJ. É pesquisador e professor do CPDOC-FGV e do Departamento de História da UFF e pesquisador do CNPq. Tem trabalhos publicados sobre elites no Brasil, teoria das elites e questão agrária. Sua pesquisa mais recente é sobre a gênese do agronegócio no Brasil.

Igor Gastal Grill é formado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência Política pela UFRGS. É professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA. Tem se dedicado a pesquisas que examinam processos de seleção de elites políticas e constituição de “heranças”, “etiquetas” e “ismos” na política.

referências

CORADINI, O. L. (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

HEINZ, F.M. (Org.) **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALMEIDA, A.M.F.; CANÊDO, L.B.; GARCIA, A.; BITTENCOUT, A.B. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileira**. CAMPINAS, SP: Editora da Unicamp, 2004.

REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA.
Dossiê: Elites e instituições políticas.
Departamento de Ciências Sociais/
Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR,
v. 16, n.30, 2008.

REVISTA TOMO. **Dossiê: Sociologia do poder e das elites**. São Cristovão-SE, NPPCS/UFS, v. 10, n.13, 2008.